



Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços

Germany and Brazil, 1870-1945: a relationship between spaces

Stefan Rinke

Professor do Lateinamerika-Institut/Freie Universität Berlin.
Rüdesheimer Straße 54-56
14197 – Berlin – Alemanha
rinke@zedat.fu-berlin.de

Recebido para publicação em agosto de 2012.

Aceito para publicação em março de 2013.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000007>

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>.

Resumo

As relações entre Alemanha e Brasil foram influenciadas por diferentes ordens espaciais que coexistiram e se influenciaram, no período de 1870 a 1945. O artigo discute a ideia de viver em mundos diferentes, muito distantes entre si. Argumenta-se que o conceito de distância mudou lenta e regularmente com o aparecimento de modernas tecnologias de comunicação. Ordens espaciais hierarquicamente estruturadas em centros e periferias dominaram as relações nesse período. Os alemães consideravam seu espaço maior e superior ao brasileiro, situação com a qual muitos brasileiros, naquela época, concordavam, entretanto, desde a Primeira Guerra Mundial, não mais quiseram aceitar essa suposta ordem natural.

Palavras-chave: Alemanha e Brasil, 1870-1945; política internacional; relações econômica, política e cultural; ordens espaciais; história global.

Abstract

Relations between Germany and Brazil were influenced by different spatial orders which co-existed and influenced each other between 1870 and 1945. The article discusses the idea of living in different worlds, and being worlds apart. It argues that the concept of distance changed slowly, but surely, with the rise of modern communication technologies. Hierarchically structured spatial orders of centers and peripheries dominated the relationship in this period. Not only the Germans considered their own space superior, and on a higher level than the Brazilian, many Brazilians of the time agreed with this point of view, but also, since the First World War, were not willing to accept this allegedly natural order of the globe any longer.

Keywords: Germany and Brazil, 1870-1945; international politics; economic, political and cultural relations; spatial orders; global history.

Cem anos atrás, o mundo ainda era um espaço ordenado e sólido, ou pelo menos era assim que o percebíamos. Considerando o discurso da época, vivíamos tempos de glória. As histórias do apogeu e declínio de potências mundiais que caracterizaram o final do século XIX e início do XX são bem conhecidas (Kennedy, 1989). Segundo essas narrativas, Alemanha e Brasil faziam parte e eram uma parcela de uma ordem espacial estável: dois elementos de um sistema de Estados-nação – ambos ainda considerados jovens – em um mundo estruturado hierarquicamente: a Alemanha, parte do centro europeu industrializado, prestes a se tornar uma potência mundial, e o Brasil, parte da periferia latino-americana, semicolonizado e voltado para a exportação. Essa ordem espacial do centro e da periferia estava arraigada no discurso de potência mundial que dominava a virada do século. Na verdade, essa interpretação do espaço marcou o pensamento de várias gerações de historiadores que investigaram a natureza da relação entre dois países que pareciam tão distantes, mas ainda estavam intimamente conectados.

Muita coisa mudou de lá para cá. Mais recentemente, a experiência da globalização contemporânea levou as ciências sociais e as humanas a buscar os movimentos que formam e transformam o espaço, bem como as ordens espaciais. Nesse contexto, a abordagem transnacional da história apresentou de fato uma perspectiva produtiva. Como consequência do foco em zonas de contato e complicações transfronteiriças, uma perspectiva transnacional é centrada no ator. O foco em atores transcende o conhecimento até então dominante de macroprocessos de constelações de potências mundiais históricas a fim de englobar esses micro e mesoníveis, em que redes e complicações geram espaços entre e além dos níveis nacional e global (Pries, 2007).

A história da América Latina no período aqui analisado pode de fato ser compreendida como um processo de crescentes complicações. A historiografia moderna interpreta o período de 1870 a 1930 como uma fase de intensa globalização, ao passo que o período 1930-1945 costuma ser retratado como uma ruptura (Osterhammel, 2011; Conrad, Sachsenmaier, 2007). Ao analisarmos a história latino-americana, notamos que esse processo não foi linear. Profundas rupturas já ocorriam durante e por causa da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, em geral, as complicações entre Alemanha e Brasil se intensificaram muito nesse período. Segundo uma perspectiva brasileira, de fato elas pareciam tão intensas que alguns cogitavam um “perigo alemão” à jovem nação (Gertz, 1991; Seyferth, 1989).

Este documento investiga os tipos de movimentos e atores que contribuíram para essas complicações. Minha hipótese é de que Alemanha e Brasil não eram mundos à parte, e sim interagiam em constelações dinâmicas, dando forma às suas próprias características espaciais. Essa relação entre espaços oferece diversas vozes se a perspectiva ultrapassa o nível puramente nacional de grandes políticas de poder. É claro que isso não significa que poder não era algo importante. Pelo contrário, as constelações de poder eram uma pré-condição essencial para compreender o que estava acontecendo na relações transatlânticas na época, e isso impregnava todos os níveis de contato.

A seguir, o artigo apresentará primeiro uma visão geral das relações existentes até a Primeira Guerra Mundial. Depois, ele focará o período curto de democracia na Alemanha, quando os parâmetros de interação mudaram e quando atores não estatais eram mais importantes do que nunca para estabilizar a relação. Por fim, ele abordará resumidamente o período nazista. A perspectiva destacará o lado alemão.

Brasil e Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial

Os interesses econômicos dominaram a relação entre Alemanha e o Brasil independente no século XIX. As cidades hanseáticas do noroeste da Alemanha e suas casas comerciais de um lado e o governo brasileiro do outro foram importantes atores no período inicial (Fiebig-von Hase, 1986, p.62-67). Sob a superfície, também havia os emigrantes alemães que formavam as comunidades de colonos, especialmente nos estados sulistas do Império brasileiro. Apesar de seu início modesto na década de 1820, esses expatriados se tornariam pilares importantes da relação no século seguinte.

Na segunda metade do século XIX, houve uma saída em massa de alemães que deixavam a Alemanha rumo ao Brasil, onde a maioria se estabeleceu no Rio Grande do Sul, no Paraná e em Santa Catarina. Suas colônias, em geral, se localizavam em regiões menos desenvolvidas onde eles trabalhavam como fazendeiros. Mais tarde, desenvolveram ali pequenos centros urbanos onde notar-se-ia o início do desenvolvimento industrial. Somado à migração em massa, houve um fluxo contínuo de membros das elites que vinham para a América do Sul por determinado tempo ou decidiam aqui permanecer. Esses especialistas, comerciantes, banqueiros, jornalistas, oficiais do Exército, entre outros, não vinham em grupos numerosos, mas, em termos qualitativos, exerceram uma importante influência sobre as elites brasileiras. O conhecimento e o capital que detinham foram os principais pilares que lhes conferiram poder. Isso se refletiu no seu controle da comunidade de alemães ou de brasileiros descendentes de alemães nos locais que habitavam – a chamada colônia alemã (Delhaes-Guenther, 1973, p.112-242; Rinke, 2008).

Em termos econômicos, as relações entre os dois países se mostraram cada vez mais estreitas desde o final do século XIX (Fiebig-von Hase, 1986, p.14). A demanda alemã por produtos agrícolas como café, cacau, algodão, tabaco, arroz e açúcar era crescente devido ao aumento da população geral. Ao mesmo tempo, a Alemanha se tornou um importante fornecedor de produtos industrializados para o Brasil, onde, em alguns estados, as iniciativas industriais estavam apenas começando. Os estabelecimentos comerciais alemães, como a firma de corretagem de café Theodor Wille, em São Paulo, ou a Scholz & Co., voltada para os negócios da borracha, em Belém, foram atores influentes nesse setor. Elas contavam com o apoio de diversas linhas de navios a vapor que conectavam os portos do norte da Alemanha ao Rio de Janeiro e a São Paulo (Brunn, 1971, p.245-246).

Outro setor importante que se desenvolveu desde a década de 1880 foi o de negócios bancários. Até esse momento, os estabelecimentos comerciais funcionavam como credores, mas, com o crescimento em massa da troca comercial, fez-se necessária a criação de mais estruturas financeiras profissionais. Portanto, os grandes bancos alemães fundaram filiais, como o Banco Alemão Transatlântico no Brasil – que se originou do Deutsche Bank. Na verdade, o segundo maior banco alemão no exterior, o Brazilian Bank for Germany, foi fundado pelo *trust* Disconto em 1886 (Lück, 1939, p.94-103).

Com os grandes bancos veio a grande indústria. Os bancos alemães no exterior costumavam negociar empréstimos vinculados, o que significava que o devedor – muitas vezes integrante do governo brasileiro – precisava empregar o dinheiro do empréstimo na compra de produtos alemães. Com esse suporte, empresas alemães no ramo industrial conseguiram estabelecer

representações diretas no Brasil. É nesse período que encontramos as raízes de empresas renomadas de origem alemã, como a M.A.N. e a Philipp Holzmann & Co. Em comparação aos investimentos britânicos, a participação alemã era menos expressiva até a virada do século. Especialmente no setor estratégico de construção de ferrovias, os alemães quase não participaram, com exceção da importante Ferrovia Santa Catarina, no Sul. No início do século XX, contudo, a indústria alemã tinha uma vantagem competitiva nos ramos mais modernos do desenvolvimento: química e eletrônica. Na realidade, a Bayer, a Basf, a Siemens e a AEG passaram a dominar os mercados brasileiros. A Siemens chegou a estabelecer dois de seus principais escritórios do exterior neste país, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo (Brunn, 1971, p.249, 258-260).

Sem dúvida, assistimos a um *boom* de investimento de capital alemão no Brasil até 1914. Esses investimentos serviram de base para o rápido crescimento da troca comercial nesse período. O Brasil se tornou o segundo maior parceiro no comércio germano-latino-americano em 1914 e a participação alemã aumentava continuamente. No cenário brasileiro, podemos dizer o mesmo. A Alemanha ocupava o segundo lugar, só perdendo para a Inglaterra, mas a distância entre os dois ficava cada vez menor. A cidade de Hamburgo era o maior mercado europeu para o café brasileiro (Fiebig-von Hase, 1986, p.140-141).

Paralelamente ao surgimento de interesses econômicos, a dimensão política da relação se desenvolveu em ritmo mais lento. Devido a interesses norte-americanos em acordos recíprocos, as negociações por um tratado comercial germano-brasileiro eram bem difíceis e não levaram à meta desejada antes de 1914. Os *lobbies* protecionistas dos dois lados do Atlântico complicaram ainda mais o cenário. Na verdade, o crescimento das políticas comerciais de comércio sempre foi norteado por conflitos, desde a década de 1900, quando a Alemanha e o Brasil apresentaram os impostos de importação protecionistas, afetando a outra parte (Brunn, 1971, p.268-272).

Entretanto, essa estrutura decepcionante não teve efeitos tão negativos porque outras dimensões de relações políticas se mostraram bem estáveis. Assim, o governo alemão incentivou a criação de linhas de telégrafo usando, desde a década de 1900, a tecnologia moderna sem fio (Pauli, 1914). Havia planos de criar uma rede de rádio global em que estações brasileiras teriam um papel crucial. Entretanto, os planos não seriam concretizados até 1914. Além disso, a formação de poderosos grupos lobistas como a Deutsch-Brasilianischer Handelsverband (DBHv; Associação Comercial Germano-brasileira) proporcionou aos diplomatas uma ferramenta sutil para influenciar o curso das relações.

Em 1896, o novo governo alemão enveredou por uma nova direção, a chamada *Weltpolitik* (política mundial). Essa nova forma de política estrangeira agressiva e expansionista deu origem a nacionalistas radicais como a Liga Pangermânica. Alguns de seus seguidores exigiam uma política mais ativa naquelas regiões do mundo onde os alemães se estabeleceram. A ideia de “salvar o sangue alemão” em terras estrangeiras era claramente expressão de uma ordem espacial altamente dicotômica. É óbvio que o Brasil participou dessas discussões como uma das principais regiões. Embora os pangermânicos e outros nacionalistas radicais nunca tenham dominado política estrangeira, seu alvoroço teve influência sobre a diplomacia. Então, na virada do século, o chanceler alemão verificou se seria viável algum tipo de controle indireto mais forte do Sul do Brasil (Vagts, 1935, p.1452-1524).

No Brasil, por outro lado, o furor público na Alemanha foi acompanhado atentamente. Foi nesse período que a expressão “perigo alemão” foi cunhada para designar essa terrível situação. Aos olhos dos pangermânicos, e como expansionistas, os alemães no exterior – os chamados *Auslandsdeutsche* – eram um recurso a ser explorado. Sua compreensão da germanice era basicamente racial, calcada na ideia de *ius sanguinis*, ou seja, valia a pena impedir a assimilação de qualquer pessoa com sangue alemão nas veias, pois ela poderia ser útil para as ambições imperiais. Portanto, os emigrantes alemães foram redescobertos como ferramentas em potencial do império pelo lado alemão. Uma variedade de clubes e associações no Reich, como a Liga Pangermânica, a Sociedade Colonial, o Clube Escola Germânica, entre outros, alimentava esse discurso não apenas para seu próprio bem. Empresas, linhas de navios a vapor e igrejas que tinham interesse nisso atendiam ao seu chamado (Seyferth, 1989).

Os principais argumentos sobre o significado dos alemães no Brasil foi seu potencial como compradores de produtos e serviços alemães, e seu potencial como representantes interculturais do império alemão. Eles eram um exemplo vivo, por assim dizer, da superioridade da raça e cultura alemãs.¹ Os participantes dos debates mencionavam igrejas e escolas como os principais instrumentos para dar apoio ao germanismo no Brasil. De fato, o Brasil era o país que de longe tinha o maior número de escolas alemães no mundo inteiro. Entre as novecentas escolas alemães que se acreditava existir no mundo, em 1914, cerca de seiscentas estavam localizadas nesse Estado da América do Sul. É claro que a maioria delas era o que diplomatas com condescendência chamavam de “escolas da selva”, pois não tinham ao menos um professor profissional. Somado a isso, o grande número de clubes alemães contribuiu para a sobrevivência de uma identidade alemã nesse país (Hell, 1966, p.189-200, 235-236).

Mas a visão monolítica do germanismo no Brasil era bem diferente da realidade. Longe de ser um sindicato de teutônicos orgulhosos nos trópicos, essas pessoas consideradas “alemãs” por entusiastas nacionalistas na Alemanha eram simplesmente um grupo miscigenado com espírito de combate. As rivalidades entre protestantes e católicos, entre conservadores e liberais, e – se não bastasse isso – entre diferentes grupos regionais eram a norma, e não a exceção. Então, o trabalho das partes interessadas dentro da Alemanha precisava ser direcionado para a reconciliação de diferentes interesses (Schulze, Klug, 1998). Com esse intuito, foram usados meios diplomáticos como visitas aos navios de batalha. O mais importante era o apoio financeiro oferecido pelas escolas alemãs.

De fato, a cultura era cada vez mais considerada uma arma na corrida pela conquista de uma posição de potência mundial. Antes da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha seguia o exemplo da França, fortalecendo a diplomacia cultural para apresentar sua superioridade no Brasil. Missões de cientistas e artistas renomados nesse país pela primeira vez ganhavam reconhecimento e recebiam financiamento público. Os acadêmicos reagiram com entusiasmo. O Instituto Alemão-sul-americano, em Bonn, foi fundado em 1912 como o primeiro de uma longa fila que acabou culminando na fundação do Instituto Ibero-americano, em 1930 (Gast, 1913; Bruch, 1982).

Entretanto, a suposta força cultural do império alemão precisava ser difundida no Brasil. Portanto, uma primeira iniciativa assertada de propaganda da imprensa foi iniciada nos anos anteriores à guerra. Novamente, os germano-brasileiros e os jornais que eles fundaram desde 1852 (em torno de 51 até 1914) pavimentaram o caminho. O grande projeto para criar um

serviço a cabo alemão, independente do inglês Reuter's e do francês Havas, entretanto, falhou por falta de fundos. Em vez disso, o Ministério das Relações Exteriores fundou jornais brasileiros conservadores, como o famoso *Urwaldsbote* (Luebke, 1987, p.54-57; Brunn, 1971, p.176-178).

Em suma: até a Primeira Guerra Mundial, as relações germano-brasileiras permaneceram parte da ordem do mundo hierárquico, em que espaços eram representados em termos de política de poder. Porém, sob a superfície do poder, residem dimensões de contato e de interações, por exemplo, entre estabelecimentos comerciais, em culturas especializadas, e na vida quotidiana de imigrantes, que conferiram solidez à relação entre os dois países distantes.

Ruptura? A Primeira Guerra Mundial

Do ponto de vista brasileiro, a deflagração da guerra na Europa, em 1914, marcou um corte profundo no desenvolvimento histórico. Desde o início, observadores contemporâneos perceberam que essa guerra seria diferente, que ela teria uma dimensão fora do comum. Esse seria um conflito mundial do qual ninguém escaparia. Muitos concordaram que, naqueles dias de agosto de 1914, uma era na história tinha acabado para dar lugar a um período novo e marcado pela incerteza. Embora o Brasil tenha permanecido neutro até 1917, as conexões com a Alemanha foram cortadas quase de imediato pelo bloqueio naval dos Aliados. Assim, a guerra naval não apenas destruiu o comércio germano-brasileiro, mas também ameaçou os investimentos germânicos e germano-brasileiros. Destruindo cabos elétricos, e caçando comerciantes e estabelecimentos comerciais por meio de listas negras, os ingleses trataram de arrancar as influências alemãs do país e de garantir seu butim. Mas quem mais lucrou com essa ruptura não foi a Inglaterra, e sim os EUA. Além da perda de comércio, navios alemães foram confinados nos portos neutros brasileiros. Contudo, muitos negócios alemães conseguiram sobreviver. Alguns, como a Wille Company, simplesmente substituíram o comércio com a Alemanha pelo comércio com os EUA. Outros reinvestiram os lucros em empreendimentos industriais no Sul do Brasil. Isso ocorreu em um momento oportuno pois a concorrência estrangeira foi eliminada face às condições em tempos de guerra (Wyneken, 1958, p.148).²

Em uma veia política, as ordens espaciais aos poucos se transformaram durante o período de guerra. O governo brasileiro participou ativamente de uma iniciativa de paz, junto com Argentina e Chile, no conflito entre EUA e México. Embora isso não tenha levado a resultados tangíveis, os alemães estavam satisfeitos em saber que países latino-americanos pareciam criar uma frente tangível contra as influências norte-americanas, potencialmente atrelando Washington ao hemisfério ocidental. Essa foi realmente uma das principais metas da política alemã no período de guerra (Gilderhus, 1986, p.37-80).

A segunda principal meta era manter o Brasil neutro. Para conseguir isso, o governo alemão centrou sua propaganda nesse ponto. Do Brasil, diplomatas alemães tentavam influenciar diversos jornais que, em sua maioria, defendiam a causa dos aliados ocidentais, e não os alemães. Novamente, a cooperação de germano-brasileiros se mostrou importante nesse empreendimento. Eles conseguiram obter o apoio do famoso jornalista e deputado brasileiro João Dunshee de Abranches. Além disso, eles se beneficiaram do fato de que Lauro Müller, um brasileiro descendente de alemães, se tornou ministro das Relações Exteriores. Na verdade, Müller apoiou clandestinamente os esforços alemães (Luebke, 1987, p.135, 164, 175-176).

No entanto, o sucesso parecia menos provável quando submarinos alemães começaram a afundar navios brasileiros. O primeiro incidente ocorreu em abril de 1916 com o navio a vapor Rio Branco, que havia sido fretado pelos britânicos. No entanto, pelo menos por algum tempo, quando a guerra entre submarinos ficou menos acirrada, as tensões diminuíram. Isso foi importante pois os interesses alemães tentaram usar o Brasil como base da estação sem fio para restabelecer a comunicação direta com o país e com a América Latina como um todo.

Em 1917, quando os EUA entraram na guerra, a situação mudou drasticamente. A guerra submarina alemã irrestrita logo levou ao afundamento de outro navio brasileiro em abril de 1917. O governo brasileiro, sob o comando de Venceslau Brás, arroxou as relações imediatamente. O ministro das Relações Exteriores, Müller, teve que renunciar ao cargo. Em seguida, houve uma manifestação violenta contra instituições e empresas alemãs, abalando muitas cidades brasileiras, especialmente na região Sul. Diante do ataque a mais navios brasileiros, o governo no Rio de Janeiro finalmente reagiu, declarando guerra contra a Alemanha em outubro de 1917. Publicações em idioma alemão foram proibidas, empresas fecharam, e um sentimento antigermânico permanecia incontrolável. O uso do idioma alemão em escolas também foi proibido e, portanto, muitas precisaram ser fechadas porque os professores não falavam português (Luebke, 1987, p.122-175).

A contribuição direta do Brasil à guerra consistia principalmente na exportação de importante matéria-prima e de navios. Tropas brasileiras não entraram nos campos de batalha. Será que estávamos diante da ruptura total que tantos historiadores relataram em seus estudos? Não, pois os germano-brasileiros continuaram a atuar nos espaços entre os agora sólidos Estados nacionais que travaram uma guerra entre si. Nesses espaços, eles se movimentavam dinamicamente entre aderências nacionais na tentativa de sobreviver. E eles foram extremamente bem-sucedidos graças ao próprio fato de ser capazes de criar relações sólidas com brasileiros influentes. Apesar dos assédios e da inimizade oficial, essas relações persistiram e sobreviveram ao desafio da primeira guerra europeia para a qual nações latino-americanas acabaram sendo arrastadas.

Na verdade, diante da perspectiva sombria, em 1918, a própria existência de germano-brasileiros fez muitos acreditarem que a continuidade do pós-guerra estava nos planos da Alemanha. Antes da total queda do império alemão no outono daquele ano, o Ministério das Relações Exteriores continuou a planejar um retorno aos mercados brasileiros. Uma das suas principais metas era criar um serviço de imprensa novo e mais produtivo para influenciar a opinião pública. Adicionalmente, foram discutidas formas de como repelir os interesses comerciais norte-americanos. O que a Alemanha queria no Brasil – e na América Latina como um todo para o assunto em questão – eram portas abertas e sua devida participação. Especialmente a matéria-prima e os alimentos do Brasil pareciam ser essenciais, dado o estado de emergência na Alemanha no último ano da guerra. Uma expansão para os mercados brasileiros parecia ser essencial para proteger os resultados do ainda esperado triunfo da guerra.³

Atores transnacionais entre espaços, 1918-1933

Como todos sabemos, esse tipo de planejamento logo provou ser inútil. O tratado de paz de Versalhes não apenas restringiu o acesso alemão ao Brasil, mas também criou uma pletora

de instituições para verificar a república alemã recém-fundada e mantê-la fora da política mundial e, especialmente, do que muitos alemães agora consideravam o “último continente livre”⁴ (Rinke, 1996a, p.1). Pertencente à coalizão de inimigos, o Brasil era um local onde seria difícil restabelecer relações. Embora o governo não tivesse confiscado propriedade alemã em grande escala, ele havia anulado as concessões da grande Estrada de Ferro Santa Catarina e da Companhia Telegráfica Alemã Sul-americana. Além disso, ele havia sequestrado os navios alemães.⁵ Quando o Tratado de Versalhes foi assinado, entretanto, os alemães tiveram que reconhecer que seus maiores investimentos no Brasil tinham se esvaído. O controle da ferrovia ficou a cargo do estado de Santa Catarina, e a concessão de cabos precisava ser entregue aos aliados. Somado a isso, o governo brasileiro agora reivindicava as dívidas de credores alemães do pré-guerra. Os títulos de dívida brasileiros na Alemanha eram vendidos para pagar reparações (Cornelius, 1929, p.70-72).

No entanto, essas medidas não ameaçavam a sobrevivência de interesses econômicos alemães como um todo – então havia um certo otimismo no período de transição de 1918-1919 (Trott-Helge, 1919). O Brazilian Bank for Germany, que manteve-se sob controle governamental após 1917, teve permissão para continuar seu trabalho, embora seu negócio estivesse mal. Em 1923, ele se transformou em uma empresa brasileira e, em 1929, o German Overseas Bank assumiu seu controle. De uma forma geral, contudo, os bancos com seus fundos e participações transnacionais ofereciam à indústria alemã uma estrutura valiosa para seu retorno aos mercados brasileiros (Lück, 1939, p.56-60).

Logo no início de 1919, a indústria pesada tentou garantir concessões de minério de ferro na “terra do futuro”, mas sem benefício pois o próprio governo brasileiro começou a investir nesse setor. A concorrência norte-americana, francesa e inglesa continuava forte. Uma decisão muito acertada foi o retorno das empresas alemães mais modernas, como a Siemens e a AEG, que investiram, por exemplo, grandes somas em Santa Catarina. Além disso, estabelecimentos comerciais germano-brasileiros participaram ativamente do primeiro *boom* de industrialização, que deu sinais de desenvolvimento desde 1915 em virtude da demanda da guerra. Em geral, o retorno no pós-guerra de grupos alemães de interesse econômico para o Brasil foi incompleto em comparação com o período pré-guerra. Houve mudanças substanciais em sua consistência porque as grandes preocupações industriais dos setores químico, de eletrônicos e de metal pesado dominavam a cena agora, enquanto muitos dos estabelecimentos comerciais tradicionais integravam-se ao ambiente brasileiro. De fato, a pressão nacionalista levou à transformação de muitas empresas em firmas brasileiras, tornando a categoria de nação ainda mais discutível (Rinke, 1996a, p.64-102).

Na América Latina, o Brasil era o segundo maior parceiro econômico da Alemanha. Isso também valia para o comércio. Quando a situação econômica na Alemanha se estabilizou em 1924, o café continuava a ser o produto mais importante no mercado alemão. Em 1929, segundo estatísticas brasileiras, a Alemanha era o terceiro maior parceiro comercial do país. O retorno de linhas de navegação alemãs era uma condição básica para essa ressurgência de grande êxito. Na realidade, o Brasil foi um dos primeiros países no exterior a receber navios da Alemanha após a guerra. O desenvolvimento positivo foi interrompido de forma abrupta naquele ano por causa da Grande Depressão. Entre 1929 e 1932, o valor do comércio germano-brasileiro encolheu quase 70% (Cornelius, 1929, p.45-66).

Ainda mais do que no pré-guerra, as relações econômicas foram influenciadas por fatores políticos. O novo governo alemão precisava lidar com o fato de que o Brasil fazia parte da coalizão vitoriosa que ditou o Tratado de Versalhes. Mas, durante as negociações, ficou claro que os representantes brasileiros não eram considerados iguais pelos aliados. Para sua frustração, as reivindicações brasileiras não foram atendidas. Após assinar o tratado, a Alemanha conseguiu restabelecer as relações com o Brasil em 1920. Porém, a situação continuou tensa pois o governo brasileiro insistia em pagamentos de reparações e ameaçava confiscar a propriedade alemã – uma medida à qual ele tinha direito, sendo membro dos aliados vitoriosos. Em 1921, quando o ex-representante brasileiro em Versalhes, Epiácio Pessoa, se tornou presidente, a questão foi finalmente negociada (Rinke, 1996a, p.172-173).

Entretanto, em virtude da situação de emergência na Alemanha no início da década de 1920 e de sua incapacidade de pagar, a questão aberta continuava a ofuscar a relação oficial a tal ponto que a Alemanha não enviou uma missão para o centenário brasileiro. As tensões eram nítidas – sob a perspectiva brasileira – na questão crucial de exportações do café. Face à situação de emergência alemã, foi discutido na Alemanha um aumento nos impostos do café no início da década de 1920. Isso levou a ataques em massa na imprensa brasileira. O governo alemão ofereceu a suspensão do aumento nos impostos durante as negociações por um tratado comercial entre os dois países – o qual não existia. Não obstante, devido aos problemas internacionais (a ocupação do Ruhr etc.), as negociações não levaram a nada, e os dois países continuaram a viver com o acordo provisório do pré-guerra (Die Erhöhung..., 1921, p.275).

Parte do problema era a política do Brasil na recém-formada Liga das Nações. Desde a sua fundação, o Brasil ocupou um assento não permanente no importante Conselho de Segurança da Liga. Aqui ele seguiu uma forte direção pró-França e, portanto, antigermânica. O antagonismo só foi aliviado quando, em 1923, Afranio de Melo Franco se tornou o novo representante brasileiro em Genebra (Hilton, 1980, p.351). Entretanto, quando a Alemanha finalmente se juntou à Liga, em 1926, e recebeu um assento permanente no Conselho de Segurança, as tensões aumentaram novamente. Desde a fundação da Liga, o Brasil passou a reivindicar um assento permanente. Ele legitimou sua reivindicação com a liderança na América Latina. Apesar da constante negação da reivindicação do Brasil, a Alemanha, ex-inimiga nos tempos de guerra, agora conseguira um assento. Conforme mostrado por Eugênio Vargas (2000), por diversas razões, o Brasil reagiu deixando a Liga naquele mesmo ano. O rumo da política externa brasileira, conforme mantido por seus idealizadores, agora era o de se distanciar da Europa e buscar a cooperação dos EUA (Fischer, 2012, p.223-271; Vargas, 2000).

Nos sete anos seguintes, as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha foram estabilizadas, sem a mesma qualidade de amizade que era visível nas relações da Alemanha com a Argentina, o Chile ou o México. A questão da reparação persistia, e isso pesou muito sobre a diplomacia bilateral. A revolta militar de jovens tenentes em São Paulo, em julho de 1924, causou ainda mais problemas, pois imigrantes alemães desempregados participaram desse ato, formando um “batalhão alemão”. O papel dos alemães foi duramente criticado no Brasil – o fantasma do perigo alemão reapareceu. Em 1925, quando os rebeldes formaram a chamada Coluna Prestes, e se deslocaram pelo interior do Brasil até 1927, novamente diversos alemães constituíram parte do movimento. Mais uma vez, as atividades de alemães

ou germano-brasileiros lançaram uma sombra sobre as relações entre os dois países (Rinke, 1996a, p.189-190).

Quando a Grande Depressão atingiu os dois países, as relações germano-brasileiras entraram em uma nova fase. Embora o golpe de Getúlio Vargas, em 1930, não tenha gerado complicações para a Alemanha, a rebelião contra o governante em São Paulo, em 1932, gerou problemas quando os rebeldes imploraram o reconhecimento oficial em Berlim. Enquanto isso, contudo, a questão ainda aberta de um tratado comercial foi resolvida em 1931. Quando começou a faltar dinheiro e todos os países ao redor do mundo recorreram ao protecionismo, a Alemanha e o Brasil estavam entre os primeiros a optar por um acordo de permuta. Em 1932, o Banco do Brasil comercializou o café brasileiro em troca de carvão alemão. Essa nova forma de comércio passou a dominar as relações comerciais bilaterais na década de 1930 (Rinke, 1996a, p.282-285).

Comparadas às relações brasileiras com os EUA, ou às relações alemãs com seus vizinhos europeus, a relação bilateral entre os dois países foi relativamente inexpressiva. Embora a maioria dos observadores ainda lembrasse das antigas ordens espaciais dicotômicas de centros e periferias, na realidade, novas forças haviam criado espaços nesse ínterim, que eram percebidas em nível nacional também. É claro que os principais atores foram os chamados *Auslandsdeutsche*. No final da Primeira Guerra Mundial, eles já eram numerosos. Mais de 55 mil alemães emigraram para o Brasil na década de 1920. Após 1918, a emigração para a América do Sul era vista com bons olhos na Alemanha. Estimular a emigração parecia ser necessário, tendo em vista a situação de fome e extrema emergência no Reich. Enviar emigrantes para o Brasil parecia uma boa alternativa, em vez de para os EUA, onde os alemães perderam espaço como “fertilizadores culturais” (Freeden, 1925, p.81-82; Bickelmann, 1980, p.143, 149).

Embora o Brasil também tenha sido um inimigo de guerra, as condições para o estabelecimento de colônias alemãs ainda eram boas. Somado a isso, o governo brasileiro apoiou ativamente os imigrantes alemães, desde 1919 (*Die deutsch-brasilianischen...*, 1920, p.108). Os recém-chegados alemães continuaram a fixar residência no Brasil, especialmente no Sul. Mas nem todos encontraram trabalho. Muitos não tinham experiência em agricultura, e ficaram perdidos nas cidades, especialmente em São Paulo, onde logo precisaram implorar a ajuda de instituições de caridade germano-brasileiras. Muitos não conseguiram ajuda e ficavam felizes se conseguiam ao menos retornar ao país de origem. Ainda sabemos pouco a respeito do destino dessas pessoas. Após Vargas tomar posse, a entrada de imigrantes cessou quase totalmente em função da crise econômica.

Aqueles que porventura conseguiam entrar no país e aqui permaneciam nem sempre eram bem-vindos nos círculos oficiais alemães. Esses imigrantes logo criaram suas próprias esferas e espaços, deixando a terra natal para trás, e retornando a ela mentalmente, em geral somente quando necessário. Quando os alemães no Rio Grande do Sul celebraram o centenário da primeira chegada de seus ancestrais, em 1824, o Ministério das Relações Exteriores alemão estava ansioso para gerar um clima de desconfiança entre autoridades brasileiras. De fato, os governos de Bernardes e Venceslau Brás, na década de 1920, fortaleceram o nacionalismo cultural, dando continuidade, assim, à tendência do período de guerra. As escolas alemãs de Santa Catarina, em especial, onde restrições foram aplicadas incessantemente, sofreram com isso e precisaram ser fechadas (Paiva, 1984, p.73).

Na Alemanha, muitos especialistas lamentaram essa situação porque temiam que, após perder o idioma, os alemães acabariam “abrasileirados” e, assim, estariam perdidos para o Reich (Koch, 1923, p.198; Ammon, 5. Mai 1924). Em outros estados federais, contudo, as restrições foram menos duras, e as escolas alemãs se esforçaram para atender às novas exigências, como utilizar o português em aulas de história e geografia, e contratar professores brasileiros. Além disso, as escolas receberam ajuda de Berlim para sobreviver. E isso não se restringiu a recursos financeiros, pois envolveu professores, material e *know-how* que foram oferecidos às escolas no Brasil. Então, em 1926, uma associação de professores germano-brasileiros do Brasil inteiro foi fundada com a ajuda do Reich. Valeram os esforços pois, no final da década de 1920, observadores estavam otimistas. Entretanto, na era Vargas, a forte tendência nacionalista na política educacional foi reavivada. Dessa vez, a briga durou mais tempo, e o nacionalismo brasileiro triunfou no final (Paiva, 1984, p.91-93).

Parte do problema era a heterogeneidade dos alemães no Brasil, que se estabeleceram em áreas extensas e aderiram a diferentes credos. Após a guerra, a intensa briga política interna na Alemanha teve repercussões no Brasil, com a chegada de imigrantes que saíam da Europa. Os poucos republicanos se organizaram em associações germano-republicanas, mas a maioria dos alemães e germano-brasileiros politicamente interessados eram extremamente conservadores e monarquistas, muitos dos quais pertenciam a grupos radicais de direita, como o Stahlhelm, e depois formaram o Partido Socialista Nacional. Quando a situação política doméstica foi radicalizada na Alemanha, o mesmo ocorreu entre os germano-brasileiros. Com o apoio da maioria dos jornais germano-brasileiros, os nacionalistas controlaram a opinião pública. Isso ficou mais evidente na longa briga envolvendo a nova bandeira nacional alemã, que substituiu as cores imperiais preto, branco e vermelho pelas cores preto, vermelho e dourado, da Revolução de 1848 (Rinke, 1996b).

Quando, no início da década de 1930, em plena Grande Depressão, a pobreza criou tensões domésticas que se acirraram tanto na Alemanha quanto no Brasil, muitas pessoas se voltaram para partidos mais radicais. Na Alemanha, o grupo mais bem-sucedido em 1930 foi o partido nazista. Esse partido, com sua ideologia racista, desde o início tinha um forte interesse nos alemães que viviam no exterior. O Brasil não fugia à regra. Na verdade, em abril de 1928, o médico e oftalmologista Hans Asanger fundou o primeiro grupo local do partido nazista em Timbó, perto de Blumenau (SC). Ocorreu um grande *boom* em 1931, após uma vitória nazista em uma importante eleição na Alemanha. Em 1931, muitos grupos locais cresceram rapidamente de maneira independente no Brasil, a maioria sem ao menos saber da existência dos outros. Nessa época, o partido contava com grupos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre, em Blumenau e em diversos outros centros da vida germano-brasileira. Antes de Hitler assumir o poder, o Brasil tinha uma associação partidária nazista mais numerosa do que qualquer outro país latino-americano. A classe média era o terreno fértil dominante para líderes do partido nazista no Brasil. A associação, contudo, fazia seu recrutamento entre alemães marginalizados, geralmente bem-sucedidos, que vieram ao Brasil muito esperançosos, mas com pouco preparo ou habilidades. Porém, não havia um plano-mestre de ampliar a base do partido nazista no Brasil – conforme alegaram alguns posteriormente, nos EUA, durante a Segunda Guerra Mundial. Desde 1932, ocorreram muitas brigas internas, especialmente no grupo do Rio de Janeiro. Em geral, os grupos nazistas comparativamente pequenos – no

geral, a central alemã somava cerca de 350 membros no Brasil no início de 1933 –, embora já fizessem muito barulho e propaganda antes de 1933, quando seu partido chegou ao poder na Alemanha (Moraes, 2005; Müller, 1997, p.284-316; Gertz, 1987; Dietrich, 2007).

Apesar dos problemas causados por círculos radicais, os germano-brasileiros foram uma ferramenta fundamental da política estrangeira alemã nesse período. Isso fica mais claro ao verificarmos essas facetas, que eram modernas e novas nesse período, como formas de políticas cultural e da imprensa. Uma política cultural como substituta da política de poder também foi logo introduzida nas relações com o Brasil. O mais relevante era a troca acadêmica, que, pela primeira vez, foi ativamente buscada e financiada. Foi nesse período que foram fundados o antecessor do Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão e, em 1930, o Instituto Ibero-americano (Rinke, 1996a, p.413-488).

O mesmo pode ser dito em relação à política da imprensa. De fato, isso era algo inteiramente novo – uma herança da propaganda de guerra. Em um esforço conjunto de grupos de lobistas germano-brasileiros e o Ministério das Relações Exteriores de Berlim, a Alemanha conseguiu influenciar jornais como *O Jornal* e *O Estado de São Paulo*. Na realidade, pela primeira vez, um serviço de notícias alemão, a Agência Brasileira, funcionava e trazia notícias para a América do Sul que não eram filtradas pela Reuter's ou pela Havas. Os partidos interessados participaram decisivamente do desenvolvimento da nova tecnologia do rádio que surgiu nessa década, e que se desenvolveria na década de 1930. Finalmente, também deve-se citar o papel do cinema, embora as influências norte-americanas permanecessem hegemônicas nesse setor. A mídia permanecia um elemento importante na relação entre os dois países já que conectava espaços de forma cada vez mais rápida e, portanto, preenchia a lacuna que havia minado noções de diferentes mundos. Para que novos espaços surgissem, era necessário dispor de informações, e essas informações eram fornecidas pela mídia informada de maneira consciente pelas partes interessadas (Rinke, 1996a, p.515-541).

Um elemento adicional mais moderno que contribuiu para o encolhimento do espaço e do tempo nesse período foi a aviação. Mais do que qualquer outra tecnologia, a aviação inspirou sonhos de progresso. Seu primeiro sucesso ocorreu na Primeira Guerra Mundial. As experiências de guerra tornaram a aviação também atrativa para o uso civil. Em países de grandes dimensões como o Brasil, em especial, onde áreas extensas permaneceram inexploradas, a aviação parecia ser uma ferramenta para a integração nacional. A esse respeito, parecia impossível reorganizar o espaço nacional. Mas, tornou-se possível pensar em uma ligação direta rápida com os centros do comércio mundial por frotas transatlânticas. Essa perspectiva promissora, associada aos motivos de muitos ex-pilotos da força aérea alemã, que, após 1918, se encontravam desempregados. A empresa de aviação alemã Junkers depositava grandes esperanças no Brasil como uma terra do futuro, e patrocinou um grande *tour* latino-americano para apresentar seu novo modelo F-13, o primeiro avião do mundo inteiramente de metal, no início da década de 1920. Embora esse *tour* tenha sido desastroso, serviu para despertar o interesse dos governos na região. O governo alemão considerava a aviação um elemento importante em seu esforço para recuperar parte do prestígio perdido durante a guerra (Gronau, 28. Dec. 1922, 6. Apr. 1923).

Obviamente, o próprio Brasil foi um dos pioneiros no transporte aéreo, com expoentes como Santos Dumont, considerado o “brasileiro voador” em Paris. Mas o governo brasileiro

contava com a tecnologia e a *expertise* da Europa. Segundo o *Zeitgeist* nacionalista, entretanto, ele não estava disposto a abrir os espaços nacionais para os especialistas estrangeiros, sem restrições. No contexto dessas restrições, e de rivalidades internacionais com os franceses, que tinham os mesmos objetivos, os interesses da aviação alemã constituíram um grupo forte de atores transnacionais. A aviação buscava cogitar uma nova dimensão de espaço transcontinental. Foi então que o Zeppelin aterrissou em Pernambuco, em 1930 (Rinke, 1996a, p.688-698, 727-732).

“Novos estados” e uma guerra generalizada, 1933-1945

Novas tecnologias, como as novas mídias e a aviação, trouxeram novas dimensões para a relação entre Alemanha e Brasil, que tinha o potencial de remodelar as ordens espaciais. Na década de 1930, as ditaduras nos dois países apresentavam ideias diferentes. Enquanto Getúlio Vargas, no Brasil, se baseava nos sentimentos nacionalistas formados na década de 1920, Hitler fazia o mesmo na Alemanha. Porém, a vida dos nazistas germano-brasileiros e nacionalistas radicais no Brasil não se tornou mais fácil. Pelo contrário, as medidas contra as escolas estrangeiras – não apenas contra os alemães – foram ampliadas no primeiro mandato de Vargas. Além disso, a propaganda nazista foi duramente criticada no Brasil. As medidas antisemitas dos nazistas também foram alvo de muita crítica, e multidões reagiram violentamente contra instituições alemãs. Até mesmo o jornal tradicionalmente pró-germânico, o *Jornal do Brasil*, que enaltecia a cultura alemã, comentou em 1934 que era melhor morar no Brasil menos “civilizado”, mais feliz e mais humano, do que na Alemanha nazista (Müller, 1997, p.286).

No entanto, restava alguma esperança para os nazistas. A criação da Ação Integralista Brasileira, uma organização profascista fundada por Plínio Salgado, em 1932, que copiou muitos elementos dos modelos europeus (Sigma, tropas de assalto, uniformes), parecia seguir os nazistas alemães no Brasil. Os integralistas compartilhavam o ódio nazista ao parlamentarismo, ao liberalismo e ao comunismo. Até mesmo o antisemitismo era um ponto em comum entre os dois movimentos. Entretanto, os integralistas não compartilhavam os aspectos mais abrangentes do racismo nazista e do anticlericalismo. Eles queriam a total integração de todos os elementos raciais – exceto os judeus – ao corpo da nação (Araújo, 1988).

Para consternação dos políticos no Rio de Janeiro, os integralistas, especialmente no Sul do Brasil, agora eram mais numerosos entre os descendentes de alemães. O regime tentou restringir o movimento através de medidas, tais como banir seus membros do serviço público e proibir demonstrações integralistas. Para seus oponentes, uma forte conexão entre integralistas e nazistas parecia óbvia, embora pesquisas históricas tenham provado que havia uma distância, e até mesmo um antagonismo, entre os dois. Quando Vargas criou sua própria versão de um Estado corporativista com total poder ditatorial, o Estado Novo, em 1937, ele proibiu a existência de partidos. Então, em março e maio de 1938, os integralistas tentaram um golpe contra ele, sem sucesso. Não ocorreu uma cooperação entre os integralistas e os nazistas. No entanto, em abril de 1938, o regime Vargas proibiu efetivamente a existência e as atividades de partidos estrangeiros no Brasil. Não obstante as ameaças diplomáticas da embaixada alemã, as influências nazistas precisaram atuar em segredo e não desenvolveram mais atividades de grande importância (Gertz, 1988).

Por outro lado, as relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha desabrocharam na década de 1930. O que começou como um acordo singular em 1932 transformou-se em um grande fator de política sob o regime nazista pelo ministro da Economia Hjalmar Schacht. O “Novo plano” de Schacht foi criado com base na ideia de comércio de permuta, sem moeda. Isso era de especial interesse para a Alemanha, que havia perdido grande parte de suas reservas de moeda estrangeira, mas precisava de matéria-prima brasileira para atender às demandas da indústria. Na verdade, o comércio germano-brasileiro alçou voo até 1938. Nesse ano, a Alemanha começou a pagar por algodão, linho, lã, petróleo, entre outros produtos brasileiros, com armamentos (Schröder, 1970, p.217-231).

Nos países ocidentais, esse desenvolvimento, associado à suposta boa reputação dos nazistas entre germano-brasileiros, deu origem à ideia de uma “quinta coluna” dos germano-brasileiros que combatiam o Estado brasileiro internamente. Isso provou ser um elemento eficaz de propaganda antigermânica durante a guerra. Porém, em 1939, influências nazistas no Brasil tinham-se enfraquecido a tal ponto que o governo Vargas não deu tanta atenção a esses rumores. Em geral, a política de Vargas oscilava entre a simpatia ao nazismo alemão por causa da sua forte posição contra o comunismo e a necessidade de uma forte aliança com os EUA. Apesar de o Brasil ter cooperado com o Reich no treinamento de pessoal da polícia e do Exército, e no comércio, a defesa contra a espionagem alemã e contra possíveis ataques aéreos de bases norte-africanas foi intensificada à medida que a guerra avançava. Assim, os EUA se tornaram o principal parceiro na defesa do chamado hemisfério ocidental (Müller, 1997).

Quando o Brasil finalmente declarou guerra contra a Alemanha, em agosto de 1942, após o afundamento de navios brasileiros, a repressão contra possíveis simpatizantes nazistas foi reacendida (Seitenfus, 2003). Muitos alemães foram considerados suspeitos. Alguns foram presos, outros até mesmo torturados. A propriedade alemã foi confiscada e nacionalizada. Especialmente os interesses da companhia aérea alemã, o Sindicato Condor e a Deutsche Luft Hansa foram transformados em empresas brasileiras, destituindo sua personalidade alemã. Isso atendia aos interesses dos EUA, que, ao mesmo tempo, forneciam armamentos a Vargas sob o programa Empréstimo-leasing. Com matéria-prima essencial como minério de ferro, manganês, bauxita, entre outros, o Brasil contribuiu indiretamente para a guerra. Além disso, foi estrategicamente importante como uma base da aviação de voos para a África. Em 1944, o Brasil era o único país latino-americano a enviar tropas para a Europa, que combateram na Itália e recebiam ordens dos EUA (Alves, 2002).

Considerações finais

As ordens espaciais apresentam diferentes dimensões que coexistiram e influenciaram umas às outras para moldar relações entre a Alemanha e o Brasil. Ainda existia a ideia de viver em mundos diferentes, muito distantes entre si. O conceito de distância mudou aos poucos, seguramente quando tecnologias modernas de comunicação entraram em cena. Entre 1870 e 1945, as relações se tornaram complexas demais, e um fluxo constante de informações e pessoas deu lugar a uma infinidade de espaços a serem desenvolvidos. Além disso, a sensação de pertencer a ordens espaciais de centro e periferia, estruturadas hierarquicamente, ainda causava preocupação na relação entre brasileiros e alemães. Os alemães consideravam seu

próprio espaço como superior e também em um nível superior ao dos brasileiros. De fato, a ideia do Brasil como parte de um “último continente livre” (Rinke, 1996a, p.1), onde o Reich possivelmente viveria seus sonhos coloniais, ainda persistia – até a década de 1950, os jornais da Alemanha Ocidental chamavam o Brasil de “espaço sem pessoas para as pessoas sem espaço” (Rinke, 2010, p.68). Muitos brasileiros na época devem ter concordado com os principais aspectos desse ponto de vista, mas, desde a Primeira Guerra Mundial, eles não estavam mais dispostos a aceitar essa ordem supostamente natural do mundo. A grande força do nacionalismo e os problemas da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial contribuíram para a abertura de novas dimensões espaciais de contato.

NOTAS

¹ Um bom resumo do pensamento contemporâneo se encontra em DAI (1932).

² Para saber sobre o bloqueio em geral, ver Hardach (1973, p.19-33).

³ O planejamento pós-guerra começou no início da guerra; ver Bürklin (1915, p.84).

⁴ Nessa e nas demais citações de textos em outros idiomas, a tradução é livre.

⁵ As medidas brasileiras são descritas em United States (1918).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Vágner Camilo.
O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. 2002.
- AMMON, Wolfgang.
Hebung deutschen Kultureinflusses in Südamerika. *Deutsche Rio-Zeitung*, Rio de Janeiro. 5. Mai 1924.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de.
Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar. 1988.
- BICKELMANN, Hartmut.
Deutsche Überseeauswanderung in der Weimarer Zeit. Wiesbaden: Steiner. 1980.
- BRUCH, Rüdiger vom.
Weltpolitik als Kulturmission: auswärtige Kulturpolitik und Bildungsbürgertum in Deutschland am Vorabend des Ersten Weltkrieges. Paderborn: Schöningh. 1982.
- BRUNN, Gerhard.
Deutschland und Brasilien, 1889-1914. Köln: Böhlau. 1971.
- BÜRKLIN, Wilhelm.
Süd- und Mittelamerika unter dem wirtschaftlichen Einflusse des Weltkrieges. Göttingen: O. Hapke. 1915.
- CONRAD, Sebastian; SACHSENMAIER, Dominic.
Competing visions of world order: global moments and movements, 1880s-1930s. New York: Palgrave Macmillan. 2007.
- CORNELIUS, Karl G.
Die Deutschen im brasilianischen Wirtschaftsleben. Stuttgart: Ausland und Heimat. 1929.
- DAI.
Deutsches Ausland-Institut (Hg.).
Bibliographisches Handbuch des Auslandsdeutschtums. Stuttgart: Ausland und Heimat. 1932.
- DELHAES-GUENTHER, Dietrich von.
Industrialisierung in Südbrasilien: die deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul. Köln: Böhlau. 1973.
- DIE DEUTSCH-BRASILIANISCHEN...
Die deutsch-brasilianischen Beziehungen. *Lateinamerika*, Berlin, v.2, p.108. 1920.
- DIE ERHÖHUNG...
Die Erhöhung des deutschen Kaffeezolls. *Lateinamerika*, Berlin, v.3, p.275. 1921.
- DIETRICH, Ana Maria.
Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.
- FIEBIG-VON HASE, Ragnhild.
Lateinamerika als Konfliktherd der deutsch-amerikanischen Beziehungen, 1890-1903:

vom Beginn der Panamerikapolitik bis zur Venezuelakrise von 1902/03. Bd.1. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht. 1986.

FISCHER, Thomas.

Die Souveränität der Schwachen: Lateinamerika und der Völkerbund, 1920-1936. Stuttgart: Steiner. 2012.

FREEDEN, Hermann von.

Die deutsche Auswanderung nach Südamerika seit Kriegsschluß. *Iberica*, Hamburg, v.2, p.81-82. 1925.

GAST, Paul.

Warum mußte das Deutsch-Südamerikanische Institut gegründet werden? *Mitteilungen des Deutsch-Südamerikanische Institut*, Aachen, v.1, p.3-4. 1913.

GERTZ, René.

O perigo alemão. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 1991.

GERTZ, René.

Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v.14, n.1, p.21-29. 1988.

GERTZ, René.

O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1987.

GILDERHUS, Mark.

Pan american visions: Woodrow Wilson in the Western Hemisphere, 1913-1921. Tucson: University of Arizona Press. 1986.

GRONAU, Hans.

[Letter]. Hans Gronau to Junkers-Werke, Aviation Department. Junkers. Junkers-Expedition nach Südamerika. Rio de Janeiro. (Archives of the Deutsches Museum, Munich). 6. Apr. 1923.

GRONAU, Hans.

[Letter]. Hans Gronau to Junkers-Werke, Aviation Department. Junkers. Junkers-Expedition nach Südamerika. Rio de Janeiro. (Archives of the Deutsches Museum, Munich). 28. Dec. 1922.

HARDACH, Gerd.

Der Erste Weltkrieg, 1914-1918. München: Deutscher Taschenbuchverlag. 1973.

HELL, Jürgen.

Der Griff nach Südbrasilien: die Politik des Deutschen Reichs zur Umwandlung der drei brasilianischen Südstaaten in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914). Dr. phil. dissertation – Rostock University, Rostock. 1966.

HILTON, Stanley E.

Brazil and the post-Versailles world: elite images and foreign policy, 1919-1929. *Journal of Latin American Studies*, London, v.12, n.2, p.341-364. 1980.

KENNEDY, Paul M.

The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000. London: Harper and Collins. 1989.

KOCH, Herbert.

Das deutsche Schulwesen in Brasilien. *Deutsche Blätter für erziehenden Unterricht*, Langensalza, v.50, p.198. 1923.

LUEBKE, Fredrick C.

Germans in Brazil: a comparative history of cultural conflict during World War I. Baton Rouge: Louisiana State University Press. 1987.

LÜCK, Karlheinz.

Die Entwicklung der englischen, deutschen und nordamerikanischen Bankinteressen in Südamerika. Quakenbrück: Trute. 1939.

MORAES, Luís Edmundo de Souza.

Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro. Berlin: Metropol. 2005.

MÜLLER, Jürgen.

Nationalsozialismus in Lateinamerika: die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945. Stuttgart: Heinz. 1997.

OSTERHAMMEL, Jürgen.

Globalizations. In: Bentley, Jerry H. *The Oxford Handbook of World History.* Oxford: Oxford University Press. p.98-99. 2011.

PAIVA, César.

Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik. Dr. phil. dissertation – Hamburg University, Hamburg. 1984.

PAULI, Fritz.

Telefunken im lateinischen Amerika. *Süd- und Mittelamerika*, Berlin, v.7, p.65-86. 1914.

PRIES, Ludger.

Die Transnationalisierung der sozialen Welt: Sozialräume jenseits von Nationalgesellschaften. Frankfurt am Main: Suhrkamp. 2007.

RINKE, Stefan.

Der noch unerschlossene Erdteil: die Bundesrepublik in der Adenauer-Zeit und Lateinamerika im globalen Kontext. In: Conze, Eckart (Hg.). *Die Herausforderung des Globalen in der Ära Adenauer.* Bonn: Bouvier. p.61-78. 2010.

RINKE, Stefan.

Nach Norden oder Süden? Deutsche Auswanderer in den Amerikas im langen 19. Jahrhundert. In: Raab, Josef; Wirrer, Jan (Hg.). *Die deutsche Präsenz in den USA/The German Presence in the U.S.A.* Münster: LIT. p.25-56. 2008.

RINKE, Stefan.

Der letzte freie Kontinent: Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933. Stuttgart: Heinz. 1996a.

RINKE, Stefan.

Export einer politischen Kultur: Auslandsdeutsche in Lateinamerika und die Weimarer Republik. In: Karlen, Stefan; Wimmer, Andreas (Hg.). *Integration und Transformation: Ethnische Gemeinschaften, Staat und Weltwirtschaft in Lateinamerika seit ca. 1850.* Stuttgart: Akademischer Verlag. p.353-380. 1996b.

SCHRÖDER, Hans-Jürgen.

Deutschland und die Vereinigten Staaten 1933-1939: Wirtschaft und Politik in der Entwicklung des deutsch-amerikanischen Gegensatzes. Wiesbaden: Steiner. 1970.

SCHULZE, Frederik; KLUG, João.

Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina: tensões entre luteranos e católicos. *Revista de ciências humanas*, Florianópolis, v.16, n.24, p.111-127. 1998.

SEITENFUS, Ricardo.

O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Barueri: Manole. 2003.

SEYFERTH, Giralda.

A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v.10, n.18-19, p.113-155. 1989.

TROTT-HELGE, Else.

Deutsche Geschäftstätigkeit in Südamerika trotz des Krieges. *Weltwirtschaft*, Kiel, n.9, p.286-287. 1919.

UNITED STATES.

Brazilian Chargé A. de Ipanema Moreira to Secretary of State Robert Lansing (Washington, 9 Nov. 1918); Foreign Minister Nilo Peçanha to Department of State. *Foreign Relations of the United States*, Washington, n.93, suppl.2, p.356-357. 1918.

VAGTS, Alfred.

Deutschland und die Vereinigten Staaten in der Weltpolitik. Bd.2. New York: Macmillan. 1935.

VARGAS, Eugênio.

O Brasil e a Liga das Nações: vencer ou não perder. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Fundação Alexandre Gusmão. 2000.

WYNEKEN, Klaus.

Die Entwicklung der Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien. Dr. phil. dissertation – [n.148]. Köln University, Köln. 1958.

